

Fernando Molica

O calcanhar de Aquiles de Lula

O enfrentamento à violência se transformou numa espécie de desafio para o governo federal, que arrisca-se a ser devorado por sua incapacidade de decifrar um enigma que, em tese, nem lhe deveria ser apresentado de forma tão direta, já que o combate à criminalidade é dever, principalmente, dos estados.

O problema é que há muito tempo o problema ultrapassou a esfera da racionalidade e de busca de soluções institucionais — não deve existir um brasileiro sequer que não tenha medo de ser assaltado ali na esquina ou de virar alvo de um tiro disparado a esmo.

Nas últimas décadas, alguns presidentes e governadores de esquerda conseguiram vitórias importantes na economia, geração de empregos, educação, saúde, produção cultural.

Mas, assim como os de direita, fracassaram no combate à violência urbana. Houve conquistas pontuais, reduções de índices aqui

e ali, mas, no geral, ninguém pode dizer que conseguiu ao menos equacionar a situação.

Neste ponto, porém, a direita leva uma grande vantagem sobre a esquerda ao insistir no óbvio e improutivo discurso do combate sem tréguas à marginalidade, no bandido bom é bandido morto, na lenda de que, sob sua administração, meliantes vão ter que se mudar, na história de que direitos humanos são apenas para humanos direitos.

Há quantas eleições você, eleitor, ouve variações das mesmas frases? Não resolvem nada, mas, pelo menos, servem de consolo — sabe aquela história do jogador que não faz gol, mas se esforça muito em campo? Pois.

As soluções apresentadas por quase todos os políticos de viés conservador são bem pacíficas e têm um ponto comum com as propostas da esquerda: nenhuma delas deu certo.

Se autorizar violência policial diminuirá

criminalidade, o Brasil seria uma espécie de Suíça tropical. Pior: polícia violenta é sempre sinal de polícia corrupta, ao autorizar que agentes do Estado cometam homicídios, a sociedade permite que eles cometam quaisquer outros crimes.

Mas, no desespero, o discurso do pega-mata-come é mais bem recebido do que uma aparente ausência de propostas concretas.

É óbvio que má distribuição de renda e de oportunidades, racismo, péssimas condições de vida e de moradia são elementos decisivos para que jovens abram mão da vida institucional e aceitem se arriscar na vida de crimes (vida de bandido é arriscada, afinal). A esquerda costuma ser boa no diagnóstico desse tipo de problema, mas demonstra incapacidade de apresentar saídas de curto prazo.

Dificuldades políticas também complicam o quadro: a corrupção policial costuma

ser apenas a ponta de um sistema complexo de parcerias, de engrenagens que alcançam palácios legislativos, judiciários e executivos.

Não é fácil mexer nessa teia, ainda que isso, hoje, seja fundamental até para garantia de existência de um Estado de Direito ameaçado pelo crescimento de organizações criminosas.

Não dá, no combate à violência, inventar soluções radicais e ilusórias como congelamento de preços nem alternativas criativas e ousadas como a que gerou o Plano Real. Mas também não é possível achar que haverá algum sucesso sem que sejam enfrentados esquemas pesados que envolvem poder político e lavagem de dinheiro em grande escala.

Na dúvida, a esquerda mostra paralisia no enfrentamento do problema, enquanto a direita repete a lógica de prender os suspeitos de sempre.

Tales Faria

PT pressiona Lula a recusar convite para o Conselho de Paz de Trump

Tornou-se uma dor de cabeça para o PT o convite para o Brasil integrar o Conselho de Paz cunhado pelo presidente dos EUA, Donald Trump, para discutir a reconstrução da Faixa de Gaza.

O convite de Trump ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou à embaixada brasileira em Washington na sexta-feira, 16. Também foram convidadas as lideranças de 60 países, o que desencadeou um verdadeiro rebolço na comunidade internacional.

Argentina, Hungria e Marrocos já aceitaram o convite. Mas segundo as agências internacionais de notícias, o envio das cartas gerou preocupação entre autoridades mundiais, principalmente na Europa. Diplomatas disseram que a medida também pode enfraquecer as Nações Unidas como um todo.

O novo órgão é uma estrutura criada por Trump para, segundo ele, atuar na manutenção da paz e na reconstrução da Faixa de Gaza e poderá servir em outros conflitos internacionais no futuro.

De acordo com uma cópia do estatuto do Conselho divulgada na mídia internacional, Trump terá mandato vitalício como presidente do grupo. Haverá também um "Conselho Executivo fundador" e um "Conselho Executivo de Gaza", que supervisionará todo o trabalho em campo de outro grupo administrativo, o Comitê Nacional para a Administração de Gaza (CNAG).

Países que desejarem um assento permanente, inclusive o Brasil, precisarão pagar US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 5,37 bilhões). Os recursos serão administrados pelo presidente dos EUA. Nenhuma mulher e nenhum palestino foram anunciados até o momento para o grupo, mas a Casa Branca afirmou que membros adicionais virão nas próximas semanas.

O Brasil ainda não decidiu se aceitará o convite. O presidente Lula acionou o Ministério das Relações Exteriores para fazer um levantamento sobre como se comportarão os demais países convidados.

Lula já teria, inclusive, uma conversa sobre

o assunto marcada para esta semana com o presidente da França, Emmanuel Macron. Um porta-voz do governo francês, Pascal Confavreux, disse em entrevista à CNN que Macron, "por ora, não participará".

Questionado sobre a negativa de Macron, Trump respondeu: "Ninguém quer porque ele estará fora do cargo muito em breve". Em seguida, falou em taxar produtos franceses em retaliação: "Vou impor uma tarifa de 200% sobre seus vinhos e champanhes e, assim, ele vai aderir."

Defensores da participação do Brasil, argumentam que o convite pode marcar um avanço importante na retomada de relações com os Estados Unidos após a retirada de parte das tarifas impostas por Trump para a importação de produtos brasileiros. A recusa, por outro lado, seria um gesto de hostilidade que pode causar ruptura definitiva com o mandatário dos EUA.

Em entrevista coletiva de imprensa nesta terça-feira, 20, sobre o balanço do primeiro ano do seu segundo mandato, Trump disse gostar

de Lula e falou que espera que ele entre para o Conselho de Paz. "Eu o convidei. Eu gosto dele. Lula terá um grande papel no Conselho de Paz de Gaza", afirmou.

Mais cedo, durante um evento no Rio Grande do Sul, Lula teceu críticas a Trump. Disse que o presidente dos EUA quer "governar o mundo pelo Twitter".

O PT pressiona o presidente a não aceitar participação no Conselho. A avaliação do partido é que Trump deseja criar uma entidade autônoma sobre a qual ele tenha total controle. Com isso, enfraquecerá ainda mais mecanismos multilaterais, como a ONU (Organização das Nações Unidas). O Brasil estaria caindo numa verdadeira armadilha.

Armadilha inclusive na relação com Israel, já que o próprio Lula se manifestou contra a invasão de Gaza. A participação no Conselho seria uma forma de legitimar o controle norte-americano em aliança com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, que declarou Lula como "persona non grata" no seu país.

Vicente Loureiro*

Transição demográfica e expansão urbana: o paradoxo metropolitano do Rio

A população metropolitana do Rio de Janeiro registrou crescimento demográfico de 694.029 pessoas entre os censos de 2000 e 2022, equivalente a 6,12%. Já entre 2010 e 2022, apresentou redução de 220.269 habitantes, cerca de 1,8% da população reencenada em 2010. O que permite dizer que a região metropolitana do Rio entrou na chamada transição demográfica, podendo, inclusive, já no próximo censo, registrar menos de 12 milhões de habitantes, número apurado em 2022.

Há os que enxergam efeitos positivos nessa transição. Uma oportunidade de pular num freio de arrumação das demandas sociais ainda não atendidas, desconstruindo, quem sabe de forma definitiva, o mito de que expansão demográfica é sinal inequívoco de cidades ou regiões em fase de crescimento pujante. O desacelarar populacional registrado neste quase quarto de

século resulta de mudanças no comportamento das pessoas, com impactos diretos no modo de viver no ambiente urbano.

No caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, chama atenção o descompasso entre a taxa de crescimento demográfico de 6,1%, equivalente a quase 700 mil pessoas, verificada entre os censos de 2000 e 2022, e a expansão do número de domicílios levantados no mesmo período, que atingiu a marca de 66%. Foram mais de 2 milhões de novos domicílios incorporados aos 3,3 milhões existentes em 2000.

Quer dizer: para cada três domicílios existentes na virada do século, dois novos surgiram em apenas 22 anos. Mesmo com a população metropolitana tendo engatado uma marcha a ré demográfica a partir de 2010, perdendo cerca de 220 mil habitantes, o número de domicílios continuou em expansão, saltando de perto de 4 milhões para mais de

5,5 milhões em 2022. Nesses últimos 12 anos, para cada três domicílios levantados em 2010, surgiu um novo.

A causa mais visível, embora longe de ser a única, é a redução do número de pessoas por domicílio. Em 2000, eram aproximadamente 3,4 pessoas por unidade. Em 2010, caiu para três e, em 2022, despencou para algo em torno de 2,2 pessoas, bem abaixo da média nacional apurada no último censo. Para quem, há 50 anos, vivia em domicílios que abrigavam em média cinco pessoas, fica fácil constatar o quanto o jeito de viver e de morar mudou. As cidades precisarão se ajustar a essa nova realidade e às suas distintas e, paradoxalmente, crescentes demandas.

Seja por conta do aumento da expectativa de vida da população — também presente na região metropolitana do Rio, onde o crescimento da população com 65 anos ou mais foi da ordem de 90% no

período analisado, atingindo um patamar quase 15 vezes superior ao da população total —, seja em razão da redução da taxa de natalidade, ou ainda do crescimento do número de pessoas vivendo sozinhas, entre outras causas, percebe-se o quanto o comportamento social pode alterar a base física das cidades, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

O fato é que, mesmo já inseridas na chamada transição demográfica, as cidades, inclusive as localizadas em regiões metropolitanas, tendem a continuar crescendo fisicamente, buscando se adaptar às novas formas de vida da população. O desafio está em fazer dessa expansão, a princípio inevitável, uma oportunidade de melhorar as condições de vida praticadas no cenário urbano brasileiro.

*Arquiteto e Urbanista